



## **História global *versus* história transnacional:** um olhar a partir da história do feminismo

Maria Luiza Péres\*

PÉRES, M. L. **História global *versus* história transnacional:**  
um olhar a partir da história do feminismo.

*História Social*, n. 26, 2023, pp. 181-209.

<https://doi.org/10.53000/hs.n26.5190>

---

**Resumo:** Neste artigo, apresento autores que dialogam com a história global e transnacional, que podem ser consideradas inovações historiográficas das últimas três décadas. Primeiramente, historicizo seus surgimentos e discorro sobre as principais características dessas perspectivas. Destaco, em segundo lugar, o que aproxima e diferencia o “global” do “transnacional”, assim como debato suas possibilidades temáticas e desafios metodológicos. Por fim, ao pensar a história do feminismo, um campo de estudos que também cresceu consideravelmente nos últimos anos, problematizo como suas historiadoras têm se posicionado diante da “virada global”.

**Palavras-chave:** História global. Estudos transnacionais. Feminismo.

---

\* Mestranda na linha de História Global do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: maria.luizaperes@hotmail.com



## **Global history *versus* transnational history:** a look from the history of feminism

Maria Luiza Péres

---

**Abstract:** This article aims to present some authors who are debating about global and transnational history, perspectives that may be perceived as historiographical innovations in the last three decades. Firstly, we historicize their genesis and expatiate it focusing on its main characteristics. Secondly, we highlight both the approaches and contrasts between “global” and “transnational” to debate about its thematics and challenges raised. Finally, when thinking about the history of feminism — a field of studies which have grown considerably in the last couple of years — we intend to problematize how historians are localizing themselves in the face of this “global turn”.

**Keywords:** Global history. Transnational studies. Feminism.

Ao menos desde a última década, a história global vem despertando o interesse de pesquisadores no Brasil. Isso pode ser verificado pela profusão de livros e artigos publicados sobre o tema<sup>2</sup>, bem como pelo surgimento de Programas de Pós-Graduação que têm a história global como área de concentração, como é o caso da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desde 2018. De outro lado, a história transnacional, ainda que não tenha alcançado tamanha popularidade no Brasil, é uma metodologia recorrentemente mobilizada pelos historiadores que se dedicam a estudos que buscam enfatizar as conexões e os movimentos entre fronteiras. Contudo, por trás das múltiplas possibilidades de estudo que as duas evocam, há uma série de desafios e polêmicas em torno de seus usos. A principal delas, talvez, seja a definição do que é uma história global ou transnacional, bem como o que diferenciam essas perspectivas entre si e de outras, como a da história comparada, internacional ou mundial.

Neste artigo, ao reunir autores e textos que dialogam com a história global e transnacional, busco historicizar seus surgimentos, assim como visualizar suas principais características. Desse modo, elenco o que as aproxima e distingue, além das possibilidades temáticas e dos desafios metodológicos que ambas evocam. Em consonância com meus interesses de pesquisa, a discussão proposta será mediada pela história do feminismo que, ao menos desde os anos 1990, tem se aproximado de perspectivas globais e transnacionais e, por isso, discutido com frequência os dilemas que abarcam seus usos. O terceiro tópico desse texto se dedica, enfim, a explicar como e por qual motivo as historiadoras do feminismo têm se aproximado de abordagens como essas.

---

<sup>2</sup> IRIYE, Akira. The Rise of Global and Transnational History. *In*:\_\_\_\_\_. **Global and Transnational History: The Past, Present, and Future**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013, p. 02.

## Um pouco de história, um pouco de historiografia ou sobre como novas interpretações historiográficas surgem

Sebastian Conrad é um dos historiadores que mais tem se destacado na discussão sobre a história global. Em seu livro *O que é a História Global?*, de 2019, ele se dedicou a analisar a recente popularidade desta metodologia, bem como a discutir as promessas e perigos de uma inflexão ao global. Interessa-nos, em um primeiro momento, a leitura que ele fez sobre o surgimento dessa perspectiva. Para ele, tanto a história global quanto a história transnacional são frutos de um movimento de contestação da História enquanto estudo das histórias nacionais e de rejeição das abordagens eurocêntricas que caracterizavam várias áreas dos estudos históricos.

Um exemplo dessa abordagem crítica está na História Global do Trabalho. Marcel Van der Linden<sup>3</sup>, seu maior expoente, afirma que essa área de estudos busca questionar o “nacionalismo metodológico” — responsável pela fusão entre Estado e sociedade, o que tornou, conseqüentemente, a nação a unidade básica da experiência política, social e cultural humana — e o “eurocentrismo” — em que os desenvolvimentos locais são analisados a partir das características do Atlântico Norte, considerado precursor da modernidade e do progresso — que caracterizavam as interpretações anteriores sobre o movimento operário e a classe trabalhadora. A solução encontrada pelo historiador para se distanciar dessa tradição é a perspectiva global, que se dedica a estudar os mundos do trabalho como espaços transcontinentais, formados por conexões plurais e constantes, e não por desenvolvimentos isolados.

Além de um questionamento da nação e do modelo eurocêntrico de história, Henrique Espada Lima<sup>4</sup> argumenta que o apelo ao global está

---

<sup>3</sup> LINDEN, Marcel Van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. **Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 1, n. 1, 2009, p. 15-16.

<sup>4</sup> LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, 2015, p. 576.

inserido em uma “demanda pelo *big picture*”, isto é, pelo contexto maior que cerca os fenômenos históricos em análise. O autor identifica que há, nesse apelo por problemas de pesquisa mais abrangentes do ponto de vista histórico e geográfico, uma crítica à ausência ou à forma insuficiente com que importantes debates e questões foram tratados pelos historiadores. Entre eles, persistia a noção de uma história desconectada, que perdia uma visão global dos acontecimentos e dos sujeitos que dele fizeram parte. Nesse sentido, estudos globais e transnacionais surgiram, em um primeiro momento, como uma alternativa para a investigação de fenômenos que, quando analisados apenas no âmbito da história nacional, não eram completamente entendidos. Exemplo disso são temas como migração, direitos humanos e problemas ambientais.

Outra questão que explica tamanha adesão de narrativas supranacionais — sobretudo da história transnacional — nos Estados Unidos é, segundo a historiadora Barbara Weinstein<sup>5</sup>, o potencial crítico dessa abordagem em direção ao excepcionalismo norte-americano que, durante muito tempo, predominou nos estudos sobre a América.

Segundo ela, até os anos 1990, foram poucas as pesquisas que se dedicaram a estudar o impacto das experiências de países latino-americanos na história estadunidense. Ao invés disso, os pesquisadores acabavam por corroborar para a tese de que, de modo unilateral, os norte-americanos influenciam o restante da América. Para Weinstein<sup>6</sup>, com a adoção da abordagem transnacional, foi possível observar os intercâmbios propiciados pelos contatos vividos no continente. Isso porque, a partir desse momento, a nação não era mais o ponto de vista privilegiado, mas sim as conexões, zonas de contato e os fenômenos que possibilitaram circulações transnacionais. Nesse sentido, o viés transnacional foi importante para que uma nova historiografia da América Latina fosse escrita no país.

---

<sup>5</sup> WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**. São Paulo, n. 14, p. 13-29, 2013.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 17-18.

Weinstein traz também um segundo ponto importante. Para a autora, a popularidade do viés transnacional está ligada ao declínio da abordagem comparativa que, desde os anos 1980, eram criticadas por, ao promover a comparação de seus objetos de estudo, incorrer na homogeneização e na essencialização da nação — visto que ela se contentava em apenas identificar as particularidades e especificidades dos contextos nacionais. Desse modo, o viés transnacional também pode ser lido como uma resposta ao modelo tradicional de comparação, em que a nação era vista como um dado estático<sup>7</sup>. Para os historiadores transnacionais, ela passou a ser entendida como um espaço dinâmico, cujas fronteiras são atravessadas por processos, redes e fenômenos variados.

Mas é preciso se atentar para o fato de que as histórias global e transnacional não se constituíram como completas novidades para o mundo historiográfico. Pelo contrário, várias interpretações historiográficas e teóricas pretéritas se propuseram a transcender perspectivas estritamente nacionais e ir além da hegemonia interpretativa que coloca o Ocidente como centro dos acontecimentos globais. Entre elas, destacam-se, para Conrad<sup>8</sup>, a história comparada, a teoria do sistema-mundo, os estudos pós-coloniais e conceito de múltiplas modernidades.

Essa informação nos permite chegar duas conclusões. Primeiro, que o viés global e transnacional não são simples modas passageiras, mas que o potencial das trocas e movimentos para os estudos históricos, que é defendida por ambas, sempre esteve posto, ainda que de forma minoritária frente às histórias nacionais e imperiais<sup>9</sup>. Segundo que, na medida em que são abordagens concorrentes, as histórias transnacionais e globais são resultado de contexto e debates muito semelhantes. A longo prazo, isso contribuiu para que se estabelecesse uma confusão sobre o que compete a uma ou outra, tema a que me dedicarei no próximo tópico.

---

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>8</sup> CONRAD, Sebastian. *Abordagens Concorrentes. In: CONRAD, Sebastian. O que é a História Global?* Lisboa: Edições 70, 2019, p. 53.

<sup>9</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, 2017, p. 237.

Por fim, é preciso frisar que movimentos historiográficos não são resultado apenas das reflexões produzidas no interior da disciplina História, mas também de nossa experiência no tempo. Nessa linha, Van der Linden<sup>10</sup> enuncia uma série de eventos do pós-guerra que permitiram que o Estado-Nação fosse entendido como um produto histórico. Entre eles, destaca-se a descolonização, o surgimento de comunidades transnacionais, os movimentos migratórios, etc. Juntos, esses eventos induziram a uma reflexão profunda sobre a validade das narrativas que mobilizavam conceitos como nação e progresso, os quais não pareciam se adaptar às novas realidades.

Além disso, como nunca antes, experencia-se a globalização dos mercados, produtos e pessoas. Historiadores não fogem à regra. Isso pode explicar porque, sobretudo nas últimas décadas, abordagens que aspiram à macroanálise e prometem alcançar o contexto geral dos acontecimentos ganharam tantos adeptos.

Foi com base em interpretação semelhante que Eileen Boris proferiu sua palestra, intitulada “Como uma americanista se transformou em uma historiadora transnacional?”<sup>11</sup>, no VI Seminário Internacional Mundos do Trabalho, em 2020. Ao relembrar sua trajetória acadêmica, a historiadora deixa claro que sua adesão ao viés transnacional foi resultado de suas experiências enquanto historiadora e ativista. Segundo ela, as viagens, os contatos com movimentos sociais de outros países, o envolvimento com redes de pesquisa transnacionais, com quem organizou livros e artigos, influenciaram-na a pensar a história dos Estados Unidos, sua área inicial de formação, a partir de processos e fenômenos de caráter supranacional.

É claro que essa internacionalização de pesquisadores é resultado de dinâmicas específicas de produção e circulação do conhecimento

---

<sup>10</sup> LINDEN, 2009, p. 17.

<sup>11</sup> A palestra de Eileen Boris foi transcrita e publicada no capítulo FRACCARO, Glauca; LIMA, Henrique Espada; POPINIGIS, Fabiane; BORIS, Eileen. Como uma americanista se transformou em historiadora transnacional? *In*: \_\_\_\_\_. **Trabalhadores e trabalhadoras**: capítulos de história social. São Paulo, Paco e Littera, 2023, p. 394-433.

histórico, marcadas também pela assimetria entre o Norte e o Sul global<sup>12</sup>. Mesmo assim, fica evidente que esse fluxo de pesquisadores é fundamental para entender os debates historiográficos de nosso tempo. Não é à toa, então, que as palavras “global” e “transnacional” passaram a integrar, nos últimos 30 anos, um considerável número de produções científicas das Ciências Humanas.

## **Investigando um dilema: o global *versus* o transnacional na pesquisa histórica**

Feita uma breve apreciação do contexto que permitiu o surgimento de histórias globais e transnacionais, será abordado o primeiro desafio que as cerca: a multiplicidade de definições, escopos e procedimentos analíticos que elas evocam. Na prática, isso faz com que seja difícil explicar o que são e o que pretendem essas perspectivas, o que impacta o trabalho do/a historiador/a interessado em analisar seu objeto de pesquisa a partir de alguma dessas abordagens. Esse dilema também obscurece a diferenciação entre o viés transnacional e global. Em muitas pesquisas, esses termos são usados como sinônimos, quando, na verdade, referem-se a abordagens e têm escopos de pesquisa diferentes. Para solucionar essa questão, resta a nós, pesquisadores interessados na produção de narrativas supranacionais, refletir sobre nossas escolhas metodológicas e as tornar mais evidentes em nossas pesquisas. Como um primeiro passo nessa direção, este tópico busca dar um panorama das principais definições e comparações produzidas por historiadores globais e transnacionais sobre seus trabalhos.

Para Conrad<sup>13</sup>, como já visto, a história global possui algumas abordagens concorrentes, entre elas, a história transnacional. Contudo, para esse autor, a história global apresenta uma diferença crucial em relação a outras abordagens. Ela enfatiza grandes processos de integração

---

<sup>12</sup> LIMA, Henrique Espada. História Global do Trabalho: um olhar desde o Brasil. **Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 10, n. 19, 2019, p. 66.

<sup>13</sup> CONRAD, 2019, p. 53.

global<sup>14</sup>, de modo que o pesquisador não busca identificar apenas as conexões supranacionais, mas o modo como elas permitem determinadas transformações estruturais da sociedade.

Isso não significa que, necessariamente, os historiadores globais estão preocupados com a inserção de todas as histórias locais em uma única narrativa, de modo a tecer uma história planetária. Pelo contrário, seus adeptos, frequentemente, operam por meio da seleção de eventos, elegendo determinados processos como objeto de pesquisa. Além disso, uma parte desses pesquisadores também defendem que ela não é apenas praticável a partir do século XIV, quando se formou o mercado global capitalista. Para eles, fenômenos de integração a nível global se desenvolveram antes desse período e, por isso, seus impactos na vida das sociedades devem ser considerados pela história global. Dessa forma, adota-se a história global ao trabalhar qualquer tema, da História Antiga ao Tempo Presente, que permita ao historiador visualizar a integração de mercados, culturas e sociedades<sup>15</sup>.

Porém, por trás dessa aparente facilidade em definir o que é história global, há muitas questões em aberto. Entre elas, que tipos de contatos e conexões podem ser considerados indícios de integração entre mundos ou que métodos podem ser adotados para encontrar esses processos em diferentes períodos, espaços, sociedades. A pergunta que fica é: será que se integrar significava o mesmo para as cidades que faziam parte da Rota da Seda no período Medieval e para uma comunidade impactada pela globalização no século XX?

Em segundo lugar, é preciso mencionar que a definição apresentada por Conrad é uma das possíveis. Conforme Fábio Morales<sup>16</sup> elucida em seu artigo, a história global é formada por variados arranjos teóricos e metodológicos, resultado de disputas de diferentes grupos de historiadores por sua hegemonia, o que dificulta a formulação de uma conceituação

---

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 82.

<sup>15</sup> *Ibid.*

<sup>16</sup> MORALES, Fábio. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 40, n. 83, p. 2020, p. 133.

única para o termo. Outrossim, abre-se a questão sobre o que significa fazer história global: adotar uma metodologia de análise, abordagem, viés ou se inserir em uma área de pesquisas? Conrad, por exemplo, trata as histórias globais e transnacionais como abordagens, mas há quem enxergue o interesse pelo global como indício do surgimento de um novo campo historiográfico<sup>17</sup>.

Assim, não há uma resposta unívoca aos que perguntam o que é ou como se faz história global. Observando isso, o historiador Henrique Espada Lima<sup>18</sup> chega a afirmar que

“(...) o termo [global] ainda é uma caixa ao qual foi adicionado um rótulo, mas cujo teor ainda está por ser efetivamente definido. A demarcação dos seus conteúdos, métodos e limites (uma questão que não pode ser resolvida pela afirmação de que eles não existem) ainda está em disputa”.

Disputa pela qual os próprios historiadores do trabalho, como ele, têm se interessado. Marcel Van der Linden<sup>19</sup> considera seus estudos como parte de uma área de interesse que, com o apoio de enquadramentos transnacionais ou transcontinentais, situa seus objetos em contextos mais amplos e/ou os analisa a partir de sua interação com outros fenômenos históricos. Depreende-se, então, que, para o historiador, fazer história global é analisar as relações entre diferentes espaços, culturas ou sociedades com base nas conexões que elas construíram entre si, tornando-as indícios de processos mais amplos.

O que mais chama atenção na definição Van der Linden, contudo, é que o transnacional e global são mobilizados, respectivamente, como enquadramento e uma área de estudos. Para o autor, é a partir de um olhar transnacional ou transcontinental sobre o mundo que se faz história global.

---

<sup>17</sup> Não cabe a este texto discutir as diferenças entre cada uma das alternativas. Contudo, esclareço que, ancorada nas leituras de autores como Conrad (2019), Weinstein (2013) e outros, utilizo as palavras viés, perspectiva e abordagem para me referir a essas histórias.

<sup>18</sup> LIMA, 2015, p. 579.

<sup>19</sup> LINDEN, 2009, p. 18.

Desse modo, quando Van der Linden menciona “transnacional”, ele não se refere a uma abordagem histórica independente, mas a uma ferramenta de análise que nos permite observar os entrelaçamentos e as conexões a que estão submetidos os objetos de estudo da história. Entretanto, esse “olhar” transnacional, que não é novidade na análise histórica, têm se constituído cada vez mais como uma abordagem autônoma, que conta com temas, métodos e objetivos próprios.

Para o Conrad<sup>20</sup>, por exemplo, a história transnacional estuda fenômenos que transcenderam as fronteiras estatais e os modos como eles afetaram as dinâmicas nacionais. Diferentemente da perspectiva global, a transnacional foca em fenômenos geograficamente mais limitados e, neles, está especialmente interessada no papel das mobilidades, transferências, circulações e entrelaçamentos de povos, produtos e ideias. Desse modo, a história transnacional, como seu próprio nome revela, permite que façamos uma história que vai além das dinâmicas nacionais, mas não deixa de levar em conta o papel do Estado-Nação — de seus movimentos sociais, instituições etc. — para o desenrolar dos processos históricos.

Quem propõe uma definição semelhante à de Conrad é o historiador Akira Iriye<sup>21</sup>. Em livro sobre o tema, ele afirma que a história transnacional não nega a existência das nações ou de sua importância para a conformação de determinadas sociedades. Pelo contrário, essa abordagem busca analisar como indivíduos, agendas e associações se conectam transnacionalmente e como suas origens nacionais se comportam nessa dinâmica. Desse modo, nos estudos transnacionais, ocorre, para ele, “(..) a persistência da nação como uma esfera fundamental de análise de processos, redes e fenômenos (...)”.

É também no que acredita Barbara Weinstein<sup>22</sup>. Para a americana, os estudos transnacionais, em geral, reconhecem a nação como uma importante esfera de ação política, cultural e econômica. É nessa

---

<sup>20</sup> CONRAD, 2019, p. 61-63.

<sup>21</sup> IRIYE, 2013, p. 14-15.

<sup>22</sup> WEINSTEIN, 2013, p. 23.

característica que está situada a principal diferença em relação ao global. Para ela, o conceito de globalização, que tão frequentemente ronda as histórias globais, supõe o declínio da nação, suprimindo da história o que ela considera uma importante categoria de análise da realidade.

Logo, comum a todos esses historiadores é a ideia de que a história transnacional, ainda que se proponha a transcender o Estado-Nação, parte dessa unidade para analisar a formação de redes e a circulação de pessoas, produtos e ideias para além das fronteiras estatais. Em relação à história global teorizada por Conrad e Van der Linden, essa é uma diferença fundamental. Esses autores, dois historiadores globais, estão interessados em processos e fenômenos mais amplos, sejam eles de integração — para Conrad — ou de conexão — para Van der Linden. Nesse sentido, a nação aparece mais como um objeto a ser transcendido do que um agente de peso para o desenvolvimento dos fenômenos históricos que eles pretendem estudar.

Contudo, essa diferenciação não é um consenso e, na prática, as abordagens se confundem. Isso porque, como já vimos, esses domínios se encontram em intensa disputa e seus temas, métodos e limites ainda não foram bem definidos. A consequência disso é que muitos historiadores invocam o termo “transnacional” ou “global” sem qualquer rigor metodológico, de modo que essas perspectivas, em muitas pesquisas, acabaram por se tornar rótulos e não metodologias de análise<sup>23</sup>.

O historiador Matthew Connelly<sup>24</sup>, em entrevista para a revista estadunidense *The American Historical Review*, abordou essa questão. Para ele, os debates em torno dessas histórias acontecem porque há poucos exemplos práticos que possam demonstrar o potencial dessas abordagens. Pelo contrário, até aquele momento, havia mais textos teóricos cujo

---

<sup>23</sup> GONÇALVES, Leandro Pereira; REZOLA, Maria Inácia. Dossiê: Rompendo fronteiras: da história comparada à história transnacional. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 14, n. 35, 2022, p. 4.

<sup>24</sup> BAILY, C. A.; BECKERT, Sven; CONNELLY, Matthew; HOFMEYR, Isabel; KOZOL, Wendy; SEED, Patricia. Conversation: On Transnational History. **The American Historical Review**. Oxford, v. 111, n. 5, 2006, p. 1447–1448.

propósito é debater essas perspectivas do que pesquisas que efetivamente as usassem como um viés analítico. De lá para cá, ainda que existam mais pesquisas produzidas em ambos os campos, esse aumento pouco contribuiu para que essas histórias assumissem contornos mais definidos.

Ciente desse imbróglio, o objetivo do próximo tópico é, a partir de um exemplo prático, caracterizar as possibilidades e desafios que as questões colocadas por abordagens têm a oferecer. Opto por trabalhar esse tema a partir da história do feminismo, campo de meu interesse e que tem adotado frequentemente, ao menos no exterior, a perspectiva transnacional. Argumento que essa escolha não é aleatória, mas reflexo das discussões, produzidas no interior do campo, sobre o que são fenômenos globais, transnacionais ou internacionais. Nesse sentido, há, entre essas estudiosas, um interesse por estudar conexões supranacionais, mas que se desenvolveram a partir da atuação de atores, movimentos e instituições que são, *a priori*, nacionais, o que explica uma adesão à abordagem transnacional.

## A construção de uma história transnacional do feminismo

Nos estudos recentes sobre o feminismo, a palavra “transnacional” tem se tornado cada vez mais frequente. Ela aparece em livros, artigos científicos e conferências produzidos em diferentes locais na última década<sup>25</sup>. O interesse por perspectivas que transcendam as fronteiras geográficas já foi documentado por alguns historiadores do campo. Nancy Olcott<sup>26</sup>, por exemplo, constatou que, na história do feminismo, havia

---

<sup>25</sup> Na seção Bibliografia, há uma lista de livros e artigos do campo que se referem à transnacionalidade. Um exemplo de conferência sobre o tema ocorreu durante o VII Seminário Internacional Mundos do Trabalho, organizado pelo GT Mundos do Trabalho e a Associação Nacional de História do Trabalho em 2022. “Feminismo e mundos do trabalho em perspectiva transnacional” contou com a participação das historiadoras Gláucia Fraccaro, Iracélli Alves, Ana Paula Palamartchuk e Silke Neusinger.

<sup>26</sup> OLCOTT, Jocelyn. A happier marriage? Feminist History takes the transnational turn. NADDEL, Pamela; HAULMANN, Kate. *In*: \_\_\_\_\_. **Making Women’s History**. Beyond national perspectives. Nova Iorque: New York University Press, 2013, p. 238.

um crescente interesse por narrativas globais ou que buscavam comparar fenômenos nacionais.

Semelhante panorama foi descrito pelos pesquisadores Oliver Janz e Daniel Schönplflug, organizadores do livro *Gender History in a transnational perspective*, de 2014. Para eles, a história das mulheres e do gênero, há pelo menos duas décadas, buscava atingir fenômenos supranacionais. A partir desse desafio, temas como gênero nas relações e organizações internacionais, reivindicações comuns — como o sufrágio — e as construções de gênero em contextos imperiais e coloniais foram sucessivamente conectados e comparados por historiadoras do feminismo<sup>27</sup>.

Rastrear o uso do termo “transnacional” nesse contexto é pesquisar como uma abordagem transnacional da história, que estudamos nos primeiros tópicos, foi recebida no campo de estudos do feminismo, das mulheres e do gênero. Os três historiadores citados acima partem da percepção de que essa perspectiva havia sido, até o momento, pouco mobilizada pelos estudiosos do tema, ainda que as contribuições que ela tenha apresentado aos estudos que ousaram adotá-la tenham sido importantes. Seus livros, nesse sentido, podem ser entendidos como espaços em que promissoras pesquisas sobre o feminismo transnacional foram publicadas, objetivando apresentá-las a um público mais amplo e pouco informado sobre a discussão empreendida pela abordagem.

Neste texto, escrito dez anos após as publicações de Olcott, Janz e Schönplflug, partimos do princípio de que, resultado desses esforços de divulgação, a história do feminismo passou a se interessar mais pelo viés transnacional. A partir de agora, pretendemos discutir que possibilidades temáticas e metodológicas atraíram essas pesquisadoras, bem como os cuidados necessários para estudar movimentos sociais, como o feminismo, em um nível supranacional.

---

<sup>27</sup> JANZ, Oliver; SCHÖNPFLUG, Daniel (org.). Introduction. *In*:\_\_\_\_\_. **Gender History in a transnational perspective**. Networks, biographies, gender orders. Oxford: Berghahn Books, 2014, p. 1.

Esse interesse, como já observado por Janz e Schönplflug<sup>28</sup>, não é novo. Em 1997, a historiadora Leila Rupp publicou o livro *Worlds of Women: The Making of an International Women's Movement*. Nele, a estadunidense analisa a atuação de três associações transnacionais pelos direitos das mulheres: o *International Council of Women*, fundado em 1888; a *International Woman Suffrage Alliance*, de 1904; e a *Women's International League for Peace and Freedom*, que surgiu em 1915. A partir delas, Rupp<sup>29</sup> argumenta que o internacionalismo foi uma importante característica do movimento de mulheres na passagem do século XIX para o XX, de modo que se fazia urgente analisar como as mulheres criaram laços e conflitos que transcenderam as fronteiras dos Estados nacionais, construindo, a longo prazo, uma identidade coletiva internacional.

Por conta das características de seu objeto, Rupp percebeu que, diante dela, estava a possibilidade de uma escrita transnacional da história do feminismo. Vale mencionar que foi nos anos 1990, momento em que a autora escreveu e publicou seu trabalho, que o viés transnacional começava a surgir como abordagem útil para as pesquisas históricas. Imersa nesse contexto, Leila Rupp<sup>30</sup> argumentou que seu livro era “(...) parte de uma história transnacional que nós estamos apenas começando a escrever (...)”<sup>31</sup> e que futuras pesquisas poderiam trazer importantes contribuições para narrar o processo de construção do internacionalismo no movimento feminista, bem como descrever o papel das interações supranacionais em um mundo formado por Estados-Nação em conflito — haja vista a Primeira e Segunda Guerra Mundiais (1914-1918 e 1939-1945), a Revolução Russa (1917) e a emergência de processos de descolonização na África e na Ásia ocorridas no período.

---

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 1-2.

<sup>29</sup> RUPP, Leila. **Worlds of Women: The making of an international women's movement**. Princeton: Princeton University Press, 1977, p. 3.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 06, tradução nossa.

<sup>31</sup> A citação original é a seguinte: “(...) I see my work as part of a transnational history that we are only beginning to write in our increasingly interdependent world”.

Ainda assim, Rupp<sup>32</sup> considera sua análise parte de um esforço de construção de uma perspectiva global da história. À primeira vista, esse trecho pode confundir o leitor interessado em diferenciar as perspectivas global e transnacional. Argumento, contudo, que, nos momentos em que a autora mobiliza o termo “global”, não é o uso de uma outra abordagem que ela propõe, mas a construção, por meio do viés transnacional, de uma história mais plural do feminismo. Com pluralidade, refiro-me a uma narrativa que abarca a união das mulheres em diferentes países ao redor do globo e à investigação do modo como essa coletividade desafiou a política vigente, dois dos grandes objetivos de Leila Rupp em seu livro.

Depois do sucesso de *Worlds of Women*, surgiram definições mais elaboradas do que é estudar transnacionalmente o feminismo. Desde então, o *transnational* passou a ser considerado, pela grande maioria dos autores, uma abordagem, perspectiva ou um viés de análise muito útil à história do feminismo, como Janz e Schönflug<sup>33</sup> definem no trecho a seguir:

“A ‘história transnacional’ está, portanto, sendo estabelecida como uma perspectiva específica e complexa na história de gênero e além, que combina formas existentes de comparação com a história de conexões bilaterais e multilaterais — como viagens e migrações, trocas, fluxos e transferências de informações, percepções e interações mútuas. Essa abordagem, que pode ser aplicada não apenas a indivíduos e instituições distintas, mas também a grupos sociais maiores ou mesmo a sociedades inteiras, dá novos impulsos ao campo da história internacional ou global das mulheres e do gênero”<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>33</sup> JANZ; SCHÖNPFLUG, 2014, p. 2, tradução nossa.

<sup>34</sup> Citação original: “‘Transnational history’ is thus being established as a specific and complex perspective in gender history and beyond, that blends existing forms of comparison with the history of biand multilateral connections – such as travelling and border-crossing migrations, exchanges, information flows and transfers, mutual perceptions and interactions. This approach, which can be applied not only to distinct individuals and institutions but also to larger social groups or even entire societies, gives new impulses to the field of international or global women’s and gender history”.

Para os estudiosos do campo, a história transnacional se aproxima de abordagens comparativas e internacionais — suas velhas conhecidas —, mas se diferencia delas na medida em que, no primeiro caso, não promove a simples comparação entre fenômenos nacionais, mas busca analisar os complexos processos de conexão e troca que os unem, e, no segundo caso, está mais interessada nas interações encabeçadas por indivíduos, movimentos e instituições do que nas relações articula diretamente pelos atores estatais<sup>35</sup>.

Os objetivos gerais de uma história transnacional do feminismo são, nesse caso, bem semelhantes aos propostos pela história transnacional como um todo. Interessa a esses historiadores e historiadoras transcender as fronteiras da nação, ainda que a considerando parte importante de suas narrativas, e se contrapor a uma perspectiva que, durante muito tempo, concebeu o Ocidente como um modelo universal para os estudos históricos, transformando outras áreas do planeta em periferias da história.

É curioso, contudo, que suas autoras não tenham discutido as especificidades de uma abordagem transnacional quando comparada à global. Como mencionado acima, a maior parte das pesquisas, quando a palavra “global” é citada, ela se refere mais ao esforço de produzir narrativas plurais e conectadas, que fujam do binômio centro-periferia, do que à abordagem a que me referi no segundo tópico.

O único livro que versa sobre essa questão é *Women in transnational history. Connecting the Local and the Global*, organizado por Clare Midgley, Alison Twells e Julie Cartier. Ainda que os termos apareçam juntos no título, as historiadoras apontam, na introdução, que as histórias global e transnacional apresentam características distintas. Mas, por possuírem limites tão sutis e contestáveis, bem como por disporem de objetivos tão semelhantes, não é produtivo, pelo menos para o campo, identificar suas fronteiras<sup>36</sup>.

<sup>35</sup> OLCOTT, 2013, p. 238 e SANDELL, Marie. Introduction. In: \_\_\_\_\_. **The Rise of Women's Transnational Activism: Identity and Sisterhood Between the World Wars**. Bloomsbury Academic: Londres, 2020, p. 4-5.

<sup>36</sup> MIDGLEY, Clare; TWELLS, Alison; CARTIER, Julie. Introduction. In: \_\_\_\_\_. **Women in**

Embora não tenham se preocupado em construir uma definição clara, elas privilegiaram a abordagem transnacional tanto no título quanto no corpo de seu texto. E não foram as únicas: Leila Rupp, Nancy Olcott, Oliver Janz e Daniel Schönplug e muitos outros pesquisadores optaram por coisa semelhante. Como já mencionado, há, nesse campo de estudos, um apreço por perspectivas que se dispõem a superar as fronteiras dos Estados Nacionais, como o espaço adquirido por abordagens internacionais, comparativas, transnacionais e globais nessas pesquisas demonstram. Porém, com tantas opções à disposição, a adoção do *transnational* significa que ele incita importantes questões para as estudiosas do feminismo.

Neste artigo, argumento que isso ocorre porque as historiadoras do feminismo não estão interessadas em romper com o Estado-Nação, buscando conexões e processos de integração alheios a ele, como propõe a história global. Pelo contrário, elas estão preocupadas com o modo como pessoas, produtos e ideias nacionais se articulam de modo a se tornarem personagens transnacionais e/ou globais. As histórias nacionais, desse modo, são fundamentais para a construção de suas narrativas.

A partir da história transnacional, essas unidades podem ser entendidas como espaços dinâmicos, a partir da qual são forjadas redes e movimentos que extrapolam os limites impostos pelas fronteiras geográficas de um país. Desse modo, seus pesquisadores estão interessados em observar a formação e o desenvolvimento de locais e instituições supranacionais, como oceanos e organizações multilaterais, além dos processos de conexão entre fronteiras.

No caso da história do feminismo, essas características permitem às pesquisadoras a investigação de temas muito caros, como a conformação de redes de ativistas, a incidência de alianças e conflitos entre associações, a circulação de pautas e reivindicações formadas no interior do movimento feminista — como o sufrágio, o pacifismo ou a ideia de direitos humanos —, a organização de conferências e encontros internacionais, etc.

---

**transnational history.** Connecting the Local and the Global. Londres: Routledge, 2016, p. 4.

Essas pesquisas, contudo, não deixam de levar em conta o impacto dos contextos nacionais para o desenvolvimento de fenômenos supranacionais. Por isso, suas historiadoras costumam se atentar não somente aos níveis transnacionais e globais que moldam um evento, mas também aos aspectos mais regionais.

Essa atitude é importante na medida em que permite observar também as especificidades e as referências nacionais que cada uma das ativistas trouxe para a arena transnacional. Ainda que essas mulheres tenham atingido redes, fluxos e circuitos que transcenderam seus Estados-Nação, elas estavam profundamente imersas, assim como todos os sujeitos históricos, nas condições sociais, econômicas e políticas de seu tempo e espaço. Não perder de vista essas diferenças é importante na medida em que perspectivas que buscam entrelaçamentos e conexões, como as histórias transnacional e global, correm o risco subvalorizar as especificidades que os processos históricos assumem em determinadas localidades.

Ainda em relação à nação, uma história transnacional do feminismo estimula os historiadores a investigar o papel da solidariedade internacional no início do século XX, um tempo comumente caracterizado pelo nacionalismo. Pois, a partir da publicação de *Worlds of Women*, percebeu-se que, nesse contexto, mesmo que as feministas aspirassem às conexões globais e discorressem sobre as possibilidades e limites de forjar alianças com mulheres de outras partes do globo, elas nunca deixaram de reivindicar seus títulos de cidadãs e sujeitas de direitos nacionais. Isso revela como nacionalismo e internacionalismo não eram temas irreconciliáveis, mas cujas fronteiras, ao menos para o movimento de mulheres, eram bastante nebulosas.

A partir de pesquisas transnacionais, também é possível questionar como essas mulheres construíram comunidades internacionais não em contraste com suas identidades nacionais, mas em diálogo, mesmo quando o nacionalismo apenas crescia na Europa vítima de duas Guerras Mundiais

e da Guerra Fria. A longo prazo, essa pode ser uma importante forma de perturbar narrativas tradicionais sobre a política e sociedade do período<sup>37</sup>.

Além dessas questões, uma abordagem transnacional proporciona novas reflexões sobre um problema que, há algum tempo, assombra a narrativa do feminismo: a periodização do movimento na forma de ondas. Ela torna óbvio que, diferente de um movimento sazonal e excepcional, o feminismo floresceu, em diferentes momentos, em todas as partes do globo. Isso pois, desde seu princípio, suas ativistas se comprometeram com a formação de redes transnacionais de comunicação, de modo que, em muitos casos, atuaram de forma conectada e dialogada<sup>38</sup>.

Por outro lado, sabe-se que a ideia de ondas feministas é muito marcada pela homogeneidade de pautas, eleição de personalidades simbólicas e por um movimento de importação do feminismo para partes periféricas do planeta<sup>39</sup>. Ao se contrapor ao eurocentrismo e nacionalismo que tanto influenciou as narrativas históricas, incluindo essa, a abordagem transnacional ajuda as pesquisadoras a perceber que o feminismo foi um projeto extremamente disputado a nível internacional e que, ao aterrizar na nação, contou com desenvolvimentos bastante particulares.

Um exemplo disso está na pesquisa de Katherine Marino<sup>40</sup>. Nela, a autora argumenta que a vanguarda de um movimento global pelos direitos humanos — que atingiu seu auge na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, em 1948 — foi formada por feministas americanas, que, no início do século XX, forjaram uma rede panamericana de promoção do sufrágio das mulheres, igualdade salarial e direito à maternidade e infância.

Ao percorrer as trajetórias de Bertha Lutz, no Brasil, Ofelia Domínguez Navarro, em Cuba, Paulina Luisi, no Uruguai, Clara González, no

---

<sup>37</sup> OLCOTT, 2013, p. 240.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 239.

<sup>39</sup> HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009.

<sup>40</sup> MARINO, Katherine. *Feminism for the Americas: the making of an international human rights movement*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2019.

Panamá, Marta Vergara, no Chile, e Doris Stevens, nos Estados Unidos, a autora revela também que, ainda que tenham construído um feminismo transnacional, suas propostas e estratégias foram muito diferentes entre si, visto que estavam assentadas nos contextos particulares de seus países de origem. Isso abriu caminho para que elas disputassem uma série de temas polêmicos, como o papel da luta contra imperialismo e o fascismo no movimento feminista, o debate entre *equal rights e protective legislation* no campo do trabalho feminino<sup>41</sup> etc.

Estudar esse ativismo permite, então, observar como se estabeleceram tensões e divisões profundas no interior do feminismo, questões que impactam o movimento até hoje. Por outro lado, o livro de Marino nos permite apreender que as teorias e práticas feministas não foram inventadas na Europa e transportadas até a América, em uma clara narrativa eurocêntrica. Pelo contrário, o feminismo se construiu de maneira muito mais dinâmica e complexa, com militantes periféricas, como as latinas e caribenhas, resistindo à pressão estadunidense por hegemonia no movimento (e no continente), por exemplo. Logo, como observado por Weinstein (2013), essa pode ser uma estratégia importante para romper com o excepcionalismo norte-americano presente em tantas pesquisas de história da América.

Há também outras vantagens de se pensar o feminismo como um fenômeno conectado e construído coletivamente. Quando se parte desse pressuposto, considera-se que, ainda que, inicialmente, ele tenha sido projetado por mulheres brancas e de elite, isso não significa que todas tinham os mesmos interesses e pontos de vista sobre o que era ser feminista. Pelo contrário, à medida que o feminismo tomou um rumo transnacional, mais debates floresceram entre as feministas: onde realizar suas conferências, em quais línguas, quem é considerada feminista etc<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> Para se situar nesse debate, ver MARINO, Katherine. Transnational Pan-American feminism: the friendship of Bertha Lutz and Mary Wilhelmine Williams, 1926-1944. **Journal of Women's History**. Baltimore, v. 26, n. 2, p. 63-87, 2014 e FRACCARO, 2018.

<sup>42</sup> RUPP, 1997, p. 11-12.

O que também não quer dizer que outras personagens, sobretudo aquelas que não se consideravam ou não eram consideradas feministas, não tenham refletido sobre os méritos e problemas de um movimento como esse. Livros como o de Glaucia Fraccaro<sup>43</sup>, que estudou a articulação entre movimentos sociais empreendidos por mulheres trabalhadoras e as redes internacionais do movimento feminista na luta por direito à licença maternidade e salário igual, ajudam-nos a perceber como “disputa” é a palavra-chave para descrever o movimento feminista do século XX, bem como apontam para o fato de que a circulação dessas ideias e pessoas moldou as vidas das mulheres como um todo e, sobretudo, as dimensões políticas, culturais, econômicas nas quais elas se envolveram<sup>44</sup>.

Nesse sentido, perspectivas transnacionais também nos permitem escrever histórias nacionais mais complexas, visto que tornam possível que fenômenos nacionais, como a conquista de direitos trabalhistas ou do sufrágio feminino, sejam analisados a partir de suas conexões, relações e interações com instituições supranacionais, como a Organização Internacional do Trabalho e a *International Woman Suffrage Alliance*, ou com outros desenvolvimentos nacionais<sup>45</sup>. Ao mesmo tempo, é uma oportunidade importante para se perceber como os movimentos de mulheres não se desenvolveram em paralelo à história nacional, mas impactaram as comunidades e influenciaram toda a realidade social de uma época.

Por fim, é, para os historiadores, uma chance de se atentar para o fato de que as relações pessoais são importantes ingredientes para o desenvolvimento de um movimento transnacional. Para a construção das associações estudadas por Rupp ou do feminismo pan-americano de Marino, por exemplo, as afinidades foram fundamentais. A presença de uma líder carismática ou o contato com amigas militantes, por vezes, foram peças fundamentais para o ingresso de mulheres nesses movimentos. Ademais, as alianças e as rusgas entre diferentes grupos feministas se dão

---

<sup>43</sup> FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018.

<sup>44</sup> MIDGLEY; TWELLS; CARTIER, 2016, p. 1.

<sup>45</sup> JANZ; OLIVER, 2014, p. 2.

a partir de afinidades e hostilidades que não remetem somente a questões políticas — como classe e raça —, mas também às redes de solidariedade com que se esbarraram essas mulheres ao longo de sua trajetória<sup>46</sup>. E não faltam fontes para explorar essas histórias: correspondências, livros de memória e itinerários de viagens estão à disposição da pesquisadora interessada em observar como essas relações se construíram e de que modo impactaram a dinâmica do movimento.

Ainda que as questões suscitadas por essa abordagem tenham chamado atenção das historiadoras do feminismo, visto que o número de pesquisas dedicadas a esses temas cresceu dos anos 1990 para cá, é preciso tomar alguns cuidados metodológicos antes de narrar essas histórias a partir da perspectiva transnacional. Muitos pesquisadores têm questionado se uma predominância de perspectivas que aspiram ao global não eliminariam, das narrativas históricas, a agência dos sujeitos, principalmente os subalternos, e a análise de processos locais. Um deles é Henrique Espada Lima<sup>47</sup>, que considera que o principal risco de uma inflexão ao global é a possibilidade de os historiadores não se atentarem aos detalhes e aquilo que escapa dos modelos, deixando de lado as experiências e respostas locais em nome das macronarrativas. Essas críticas não são infundadas, mas pertinentes a uma série de pesquisas que privilegiam macroprocessos como principal fator causal e, na iminência de descrever os movimentos e as conexões, pouco abordaram os sujeitos que participaram desses acontecimentos.

Para as estudiosas do feminismo do século XX, essa preocupação é ainda mais urgente. Ao apelar para uma história transnacional, corre-se o risco de abordar apenas as trajetórias de mulheres de elite ou das associações que elas construíram. Isso não é mero acaso. Entre elas, a produção de arquivos foi uma prática comum, o que facilitou a preservação e a análise desses documentos pelos historiadores<sup>48</sup>. A vida dessas mulheres também

<sup>46</sup> OLCOTT, 2013, p. 248.

<sup>47</sup> LIMA, 2019, p. 65.

<sup>48</sup> RUPP, 1997, p. 8 e PERROT, Michelle. As mulheres, o poder e a história. *In*: \_\_\_\_\_. **Excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 167-184.

foi amplamente documentada por terceiros. Elas foram entrevistadas por jornais, participaram de conferências internacionais e conquistaram cargos públicos. E, para tudo isso, eram necessárias habilidades em um segundo idioma, recursos financeiros e uma educação esmerada, coisas que não eram comuns a todas as mulheres no início do século.

É preciso frisar, contudo, que a história transnacional não está interessada apenas nos sujeitos que atravessam fisicamente as fronteiras. Mais do que isso, ela procura as ideias, produtos, movimentos e organizações, de algum modo, transcenderam os limites nacionais. Nesse sentido, o trabalho de Glúcia Fraccaro, já citado, é exemplar. Ela mostra como a vida de mulheres comuns foram atravessadas por disputas e consensos que se estabelecem no plano transnacional. Ainda que não tenham frequentado as reuniões da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, ou as reuniões da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, na cidade do Rio de Janeiro, as visões das operárias sobre o que era trabalho igual ou licença-maternidade foram fundamentais para o estabelecimento de uma percepção transnacional do que era “direito de mulher”. Desse modo, elas tanto foram influenciadas quanto foram agentes importantes no desenrolar de processos transnacionais.

Para atingir essas pessoas, tarefa que não é sempre fácil, um caminho possível é analisar o modo como agências individuais transformam estruturas e processos. Para isso, pode ser necessário, como defendeu Lima<sup>49</sup>, incorporar elementos da história social na construção dessas histórias. Se o giro global nos ensina a pensar a partir de categorias, comparações e perguntas macro, a história social é a responsável por trazer ao centro da narrativa histórica as perspectivas daqueles que, de baixo, contribuíram, negaram ou transformaram os processos históricos. Dessa forma, opera-se em uma espécie de jogo de escalas, em que ou macro e micro contextos são considerados pela pesquisa histórica. É isso que alguns historiadores globais e transnacionais, de Van der Linder a Glúcia

---

<sup>49</sup> LIMA, 2019.

Fraccaro, têm feito. O resultado é animador: ambos produziram pesquisas fundamentais em seus respectivos campos de estudo.

## Considerações finais

Neste artigo, busquei discutir que semelhanças e diferenças guardam as abordagens global e transnacional. No primeiro tópico, demonstrei como suas origens se situam em um contexto comum, fazendo com que ambas aspirem a objetivos comuns, isto é, romper com narrativas históricas eurocêntricas e excessivamente focadas no Estado-Nação, assim como dar destaque às conexões e aos entrelaçamentos presentes nos objetos de estudo da história.

No segundo tópico, esmiucei as definições que diferentes historiadores ofereceram a essas duas abordagens e percebi que eles compartilham a ideia de que há, na história transnacional, um maior interesse pelo papel da nação na formação e desenvolvimento de movimentos, objetos, comunidades e ideias que, depois, transcendem suas fronteiras. Reitero, contudo, que esse é apenas um caminho possível para distinguir as duas abordagens. Diferenciá-las não é uma tarefa fácil porque, por serem empreendimentos muito recentes no campo historiográfico, essas abordagens ainda não concretizaram seus temas e métodos de análise. Por isso, uma confusão conceitual se estabelece em suas pesquisas, com a presença de historiadores que mobilizam os termos “global” e “transnacional” em diferentes sentidos, bem como outros que se valem de uma ou outra abordagem sem muito rigor metodológico.

Com isso em mente, avancei para a terceira seção, em que defendi que a história do feminismo, nas últimas décadas, tem se aproximado da perspectiva transnacional justamente pelo peso do nacional nessa abordagem e das possibilidades temáticas que ela evoca. Ao observar produções recentes do campo, fica claro que suas historiadoras estão interessadas em objetos que emergem de um contexto nacional, mas se tornam transfronteiriços com o passar do tempo. Como exemplo,

tem-se a trajetória de ativistas, como a de Bertha Lutz, instituições não-governamentais, tal qual a Organização Internacional do Trabalho, ou a formação de uma identidade coletiva internacional, como a que caracterizou o movimento feminista do século XX, temas que interessaram pesquisadoras proeminentes, como Leila Rupp, Katherine Marino, Glauca Fraccaro e outras.

Nesse sentido, uma história transnacional do feminismo pode suscitar importantes questões tanto para a história dos séculos XIX e XX quanto para a própria narrativa do movimento. No primeiro caso, ela permite que a pesquisadora ofereça contribuições para temáticas como nacionalismo, antifascismo e criação do conceito de direitos humanos, por exemplo. A longo prazo, isso pode, ao menos, integrar a história das mulheres a outros conteúdos históricos, dos quais ainda permanece isolada<sup>50</sup>. Por outro lado, o *transnational* incita reflexões fundamentais sobre questões que cercam o campo dos estudos feministas, como sua periodização e o papel das mulheres comuns na construção do movimento.

Para atingir isso, porém, defendo que é importante que se opere em parceria com a história social e por meio de diferentes escalas de análise. Assim, elimina-se o risco de perder de vista as particularidades locais e os sujeitos que fazem parte dos processos históricos. Ao considerar a nação como unidade de análise importante, a história transnacional demonstra muito potencial para operar entre as micro e as macroperspectivas.

---

<sup>50</sup> Para um panorama da história das mulheres, ver TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**. São Paulo, n. 3, p. 29-62, 1994.

## Referências

BAILY, C. A.; BECKERT, Sven; CONNELLY, Matthew; HOFMEYR, Isabel; KOZOL, Wendy; SEED, Patricia. Conversation: On Transnational History. *The American Historical Review*. Oxford, v. 111, n. 5, p. 1441–1464, 2006.

CONRAD, Sebastian. Abordagens Concorrentes. A história global: uma abordagem distinta. O espaço na história global. In: CONRAD, Sebastian. *O que é a História Global?* Lisboa: Edições 70, 2019, p. 53-80, p. 81-110 e p.141-171.

DUBOIS, Ellen; OLIVEIRO, Katie. Circling the globe: International feminism reconsidered, 1920 to 1975. *Women's Studies International Forum*. Amsterdã, v. 32, n. 1, p. 1-3, 2009.

DUBOIS, Ellen; ROTH, Cassia. Feminism, frogs and fascism: The transnational activism of Brazil's Bertha Lutz. *Gender & History*. [S.I.], v. 32, n. 1, 2020, p. 208-226.

FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018.

FRACCARO, Glaucia; LIMA, Henrique Espada; POPINIGIS, Fabiane; BORIS, Eileen. Como uma americanista se transformou em historiadora transnacional? In: *Trabalhadores e trabalhadoras: capítulos de história social*. São Paulo, Paco e Littera, 2023, p. 394-433.

GONÇALVES, Leandro Pereira; REZOLA, Maria Inácia. Dossiê: Rompendo fronteiras: da história comparada à história transnacional. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 14, n. 35, p. 1-9, 2022.

IRIYE, Akira. The Rise of Global and Transnational History. In: *Global and Transnational History: The Past, Present, and Future*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013, p. 1-19.

JANZ, Oliver; SCHÖNPFLUG, Daniel (org.). Introduction. In: *Gender History in a transnational perspective*. Networks, biographies, gender orders. Oxford: Berghahn Books, 2014.

LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 571-595, 2015.

LIMA, Henrique Espada. História Global do Trabalho: um olhar desde o Brasil. *Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 59-70, 2019.

LINDEN, Marcel Van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v. 1, n. 1, 2009, p. 11-26.

MARINO, Katherine. Transnational Pan-American feminism: the friendship of Bertha Lutz and Mary Wilhelmine Williams, 1926-1944. *Journal of Women's History*. Baltimore, v. 26, n. 2, p. 63-87, 2014.

MARINO, Katherine. *Feminism for the Americas: the making of an inter-national human rights movement*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2019.

MIDGLEY, Clare; TWELLS, Alison; CARTIER, Julie. Introduction. In: *Women in transnational history*. Connecting the Local and the Global. Londres: Routledge, 2016, p. 1-10.

MORALES, Fábio. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 40, n. 83, p. 125-150, 2020.

NADDEL, Pamela; HAULMANN, Kate. Introduction. In: *Making Women's History*. Beyond national perspectives. Nova Iorque: New York University Press, 2013.

OFFEN, Karen. Understanding international feminisms as 'transnational' – an anachronism? May Wright Sewall and the creation of the International Council of Women, 1889-1904. JANZ, Oliver; SCHÖNPFLUG, Daniel (org.). In: *Gender History in a transnational perspective*. Networks, biographies, gender orders. Oxford: Berghahn Books, 2014, p. 25-38.

OLCOTT, Jocelyn. A happier marriage? Feminist History takes the transnational turn. NADDEL, Pamela; HAULMANN, Kate. In: *Making Women's History*. Beyond national perspectives. Nova Iorque: New York University Press, 2013, p. 237-253.

PERROT, Michelle. As mulheres, o poder e a história. In: *Excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 167-184.

SANDELL, Marie. Introduction. In: *The Rise of Women's Transnational Activism: Identity and Sisterhood Between the World Wars*. Bloomsbury Academic: Londres, 2020, p. 1-18.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 219-240, 2017.

RUPP, Leila. *Worlds of Women: The making of an international women's movement*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*. São Paulo, n. 3, p. 29-62, 1994.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHILAC*. São Paulo, n. 14, p. 13-29, 2013.

Enviado em: 08/10/2023

Aceito em: 18/12/2023